

CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal do Brasil (R.J.) Class.: 500

Data 15 de maio de 1982 Pg.: \_\_\_\_\_

190

### A Igreja, o negro e o índio

Dom Eugênio de Araújo Sales  
Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro

A pregação da Fé em nosso país enfrentou obstáculos os mais variados. Surgem acusações aos métodos então empregados. Julgam, por critérios atuais, ocorrências do passado. Na última semana, abordei essa problemática e hoje traço de duas questões com ela relacionadas, que são freqüente objeto de tais incriminações: o índio e a escravidão.

Ao criticarem os processos utilizados na evangelização do silvícola, aludem à preservação da cultura autóctone, aliás pobre, comparada às outras civilizações, mesmo da América. Na verdade, buscou-se erradicar costumes, por exemplo, de antropofagia e poligamia.

Vários Papas, especialmente Paulo VI e João Paulo II, referindo-se à África, deixam clara a universalidade dos princípios do cristianismo. A aculturação jamais pode ser realizada em oposição ao Evangelho. Portanto, estavam certos os missionários ao darem primazia ao ensinamento de Cristo e suas exigências, contrariando os desvios morais, mesmo seculares, que se lhe opunham. Uma coisa é respeitar valores positivos; outra, a correção de práticas irreconciliáveis com a luz da Revelação natural e divina. Infelizmente a defesa de teorias incompatíveis

com a nossa crença por vezes se acoberta sob a bandeira do respeito ao modo de viver dos povos a serem evangelizados.

O fato seguinte nos faz refletir sobre certos julgamentos do passado. A guerra contra os Caetés castigou-os pela morte do Bispo Dom Pero Fernandes Sardinha, de três cônegos, mais de cem pessoas. Vangloriavam-se os índios pelo êxito obtido e alardeavam a aliança com os franceses. Foram alvo de expedições punitivas, o que é diferente da utilização de argumentos bélicos para levá-los à Fé.

Outra acusação ao projeto evangelizador, conforme à mentalidade da época, é a escravidão, com a discriminação do negro. O texto seguinte, de um especialista no assunto (Jean Luc Vescot, em *Méditerranée avec l'Apôtre Paul*), atinge o cerne do problema segundo a perspectiva evangélica: "Paulo tolera o regime social da escravidão. No contexto da Antigüidade, não podia pensar de outro modo, já que a escravidão era parte integrante da estrutura social. Mas reconhece, sem hesitar, com enorme audácia para a época, que aquele regime não poderia permanecer entre cristãos. Escravo e senhor, libertos pelo Cristo, não têm senão um Senhor, a quem devem servir."

No avanço dos descobrimentos, por-



tugueses encontraram na África uma civilização que adotava a escravidão. Pessoalmente, visitando as ruínas do Reino de Abomey, no Benin, constatei os canhões obtidos pelos nativos a preço dessa prática infame. Pelo trabalho da UNESCO, reconstruindo a várias vezes secular história desse povo, sabe-se do pagamento anual de algumas dezenas de escravos aos Iorubás. Entre nós, há interrogações se o Zumbi foi mesmo uma ilha de liberdade em meio ao inferno da escravidão.

A complexidade da matéria se verifica

pelo fato seguinte: o Rei de Matamba julgou-se injuriado ao receber um sacerdote de sua cor e fez sair de sua presença o pobre clérigo preto, "dizendo que nunca seria batizado pelo filho de sua escrava", embora tivesse conhecimento da "existência antiga e moderna de eclesiásticos pretos, inclusos alguns Bispos".

Eram os preconceitos da sociedade que dificultavam a admissão dos mulatos e negros às ordens sacras. Não a lei, nem os reis, nem a Igreja.

A partir do século XVII, especialmente no subsequente, nota-se uma forte reação ao racismo. Assim, reza um alvará de 17 de dezembro de 1802: "Desterrar dos ânimos a odiosa preocupação com o que muitos ainda consideram, a diferença das cores, como um princípio de que devem resultar diversos direitos". Era o fruto da pregação ininterrupta, da campanha de Vieira e de seus discípulos.

Quando Debret fixou em gravuras insuperáveis aspectos da comunidade brasileira, revelou a existência de padres descendentes de africanos. Nas estampas relativas aos casamentos de cativos, lá estão eles em pleno exercício de suas funções. Não é possível que surgissem no princípio do século, sem que o ambiente se tivesse alterado no decorrer do ante-

rior. As restrições que pesavam sobre os negros e mestiços, decorrentes da repulsa por parte dos aristocratas, foram cedendo aos golpes da cultura e ao avanço de um mais esclarecido cristianismo.

Após a leitura dos Sermões do Padre Vieira, como o da Epifania, é ousadia declarar que oficialmente a Igreja partilhava dos interesses da classe colonizadora. Essa afirmativa torna difícil explicar a participação do clero nos movimentos em favor da autonomia do país. Ministros religiosos nativos tiveram boa acolhida. Basta lembrar Frei Caneca, nome que recorda a profissão paterna de um humilde caldeireiro.

Nem nego sombras, senão também invectivo, como inverídicas, as afirmações de que tudo eram trevas. Vou além: em nossos dias, na luta empreendida por alguns, em favor do negro, parece mais certo dizer que tentam aproveitar-se da cor para fins ideológicos ou políticos.

Indubitavelmente é mais cristão e patriótico esforçar-se por aperfeiçoar a integração racial no Brasil que sublinhar as falas infelizmente ainda existentes. A História Eclesiástica não deve servir de instrumento para fins escusos, pois é fonte salutar na formação de nosso povo e construção do Brasil.